

SESSÃO ORDINARIA DE 20 DE JUNHO DE 2014

ACTA N.º 3/2014

(CONTÉM 25 PÁGINAS)

1


Por convocatória da Presidente da Assembleia Municipal, datada de 6 de junho de 2014, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini Auditório, pelas 09.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informações;
2. Período antes da Ordem do Dia;
3. Aprovação da ata da sessão de 25 de abril de 2014;
4. Designação de elemento para integrar a Modalidade Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro;
5. Assunção de compromissos plurianuais, referentes ao Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2014/2015;
6. Proposta de Regimento da Assembleia Municipal;
7. Apreciação da Informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara;

Verificou-se a ausência das deputadas Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues e Hermínia Delgado Fernandes, tendo ambas, apresentado justificação da falta de presença. As mesmas foram consideradas justificadas. --

Estiveram presentes os seguintes membros: Jacinta de Jesus Borrecho Raposo Fernandes, António Augusto Castro Carção, Carlos do Nascimento Ferreira, Ivete Maria Martins, Antero Correia Besteiros, Alberto Afonso Martins, Maria Virgínia Lopes Preto, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Jacinto dos Santos Afonso, Ivo Manuel Raposo Mendes, Sérgio Filipe Miranda João, Valdemar da Assunção Gonçalves, André Filipe João Pires, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Manuel Guerra Gonçalves, Gonçalo José Peres Santos, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Cândido Preto, Orlando Seixas Vaqueiro, José Luís Almendra, José Maria Pino em substituição de Alfredo José Garcia Cameirão e Adérito dos Santos Martins. -

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Luis', 'Jacinta', and 'AF'.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues Nunes, estiveram presentes os Senhores Vereadores Ilídio Maria Rodrigues, Anabela Piedade Afonso Torrão e António Nuno Marcos Rodrigues. -----

Registando-se quórum, a Presidente da Mesa, Jacinta Raposo Fernandes, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta e cinco minutos.-----

1. INFORMAÇÕES; -----

A Presidente da Mesa começou por falar na introdução de mais um ponto na Ordem de trabalhos - Proposta de Regimento da Assembleia Municipal, enviado a todos os membros, com a antecedência imposta por lei. Referiu que o mesmo será discutido e votado, com o nº 6 na Ordem de Trabalhos. -----

Referiu-se ainda à documentação enviada com a convocatória, para informação.-----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

Abertas as inscrições para intervir neste período, inscreveram-se os seguintes membros: -----

António Carção: Solicitou informação, relativamente ao processo que o Tribunal de Contas atribuiu uma multa à Assembleia, referindo que diz respeito a esta Assembleia e à cessante. Disse não ter qualquer informação desde a tomada de posse sobre o assunto, e pelo que sabe, a Câmara terá tido mais informações sobre o mesmo. Segundo o ex-Vereador Palhau, a Câmara terá tido um tratamento diferenciado da Assembleia. -----

A Presidente da Mesa respondeu de seguida não ter mais informações, a não ser a que referiu o deputado António Carção, aquando da tomada de posse. -----

O deputado **Alberto Martins** apresentou uma proposta de sinalização da localidade de Palaçoulo nas saídas da IC5, do seguinte teor: -----

Na sequência da proposta apresentada na última Assembleia Municipal que tinha por objetivo colmatar uma falha de sinalização da localidade de Palaçoulo na saída de Duas Igrejas, impõe-se refletir sobre o seguinte: -----

- Dada a impossibilidade de colocação da aludida placa, atendendo às regras definidas pela entidade competente e devidamente justificada pelo executivo Camarário na pessoa do Dr. Ilídio; -----

- Considerando a antiguidade do anseio, vincada e reforçada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo e meu conterrâneo Manuel Gonçalves; -----

- Tomando em linha de conta o apelo à persistência para a correção dessa lacuna defendido pelo Deputado Jacinto Afonso, também meu conterrâneo; -----

- Tendo percecionado vontade no executivo em corrigir esta falha e corresponder ao inequívoco anseio dos Caramonicos e dos seus representantes; -----

Resta-nos então encontrar uma alternativa que, no cumprimento da Lei, possa suprir essa falha. -----

Assim sendo, proponho que o executivo Camarário em cooperação com a Junta de Freguesia de Palaçoulo, diligenciem no sentido da colocação de 2 *outdoors* junto das saídas de Duas Igrejas e Sendim, visíveis a quem circula na IC5, mas colocados em terreno privado ou terreno Municipal, se aplicável. -----

Na mancha gráfica dos mesmos em minha opinião deveria constar uma comunicação visual forte (imagem), uma “assinatura” (frase) enquadradora das atividades predominantes da localidade, as valências existentes colocadas sob a forma de pictograma e também informação gráfica de saída indicando o respetivo tempo ou distância até Palaçoulo. -----

A esta proposta anexa-se maqueta para uma melhor perceção da mesma.

Entregarei também o mesmo documento, por uma questão de cortesia, à Junta de Freguesia de Palaçoulo. -----

O deputado **Sérgio João** colocou duas questões, a primeira delas, referiu já ter sido abordada na última sessão pela deputada Ivete Martins: -----

Quais são as medidas pensadas a curto prazo que visem o incentivo à criação de emprego, o incentivo à afixação dos jovens e o incentivo à natalidade? Isto, por estarem as três ações interligadas. -----

A segunda questão, falou sobre a Saúde, disse: no seguimento das dificuldades e carências de cuidados de saúde que afetam o nosso concelho, informou sobre uma proposta apresentada por parte de uma equipa de ilustres médicos, de prestar, gratuitamente, cuidados de saúde em Miranda do Douro. Passou a citar nomes de alguns deles, nomeadamente, Ortopedia, Dr. Carlos Noronha, Dermatologia, Dr. António Massa, Cirurgia, Dr. Carlos Raposo, Pneumologia, Dra. Fernanda João, entre outros, que se disponibilizaram gratuitamente vir a Miranda do Douro, prestar cuidados de saúde. Estes cuidados de saúde terão apenas um comparticipação da Câmara Municipal, tudo que seja despesas de transporte, alimentação e estadia. Existe essa vontade dessa equipa, a partir de Outubro, vir a Miranda do Douro, de quinta-feira a domingo, prestarem cuidados de saúde. Solicitou ao executivo que tome as diligências necessárias no sentido de trazer para Miranda essa equipa de médicos, para assim colmatar uma lacuna que efetivamente tem o concelho. A segunda situação que mencionou, foi relativamente à inúmera quantidade de médicos e estudantes de medicina que temos no concelho, propôs que o executivo formasse uma equipa de trabalho que inventariasse todos esses técnicos que existem, médicos, estudantes de medicina e demais técnicos na área da saúde, contactar esses mesmos médicos, propor-lhes que de uma forma voluntária eles possam vir a Miranda prestar esses mesmos cuidados. No entanto, que o executivo suportasse os custos com os transportes. -----

O Presidente da União de Freguesias, **José Almendra**, começou por dizer, que o Prof. Almendra não é uma pessoa que não sabe de que lado é, como muitos dizem, que tanto está da direita como da esquerda, que isso não é verdade. Referiu que está aqui para defender os interesses da família, da sua freguesia e do seu concelho. Diz haver uma tentativa de várias pessoas, de meter assuntos pessoais contra a sua pessoa, que lhe tem trazido problemas de saúde. Que as pessoas confundem as coisas. Falou do seu filho ter

estagiado na Cooperativa de Sendim e quando terminou o estágio saiu, defendeu que o mesmo tem o direito de estagiar como qualquer outra pessoa. Agora, ganhou um concurso para explorar o bar da escola de Atenor, mas foi legalmente. Tentaram tomar de assalto a escola para os tirar de lá à força, ao seu filho e a ele próprio, sendo ele Presidente também dessa Junta. -----

Relativamente aos protocolos com a Câmara, estão a aguardar o seu avanço o mais rapidamente possível. Mencionou um protocolo celebrado com a Junta de Freguesia de Atenor, em que esta arrendou a Escola à Associação Lérias. Frisou que os protocolos sejam feitos mas têm que ser cumpridos. -----

Alertou todas as Juntas de Freguesia, a Assembleia e população em geral, relativamente às Associações existentes no Concelho. Refere que estamos a ser colonizados, marginalizados e a tentar fazer de nós, uns analfabetos, sem capacidades. Pediu ao executivo que não tem que gastar dinheiro com pessoas que vêm para o Concelho, e só porque não têm onde trabalhar, fazem uma associação. Reconhece que nem todas são assim, como é o exemplo da AEPGA, que trabalha, trata dos animais, promove o concelho pelo país. No entanto, falou da Associação Lérias e questiona onde estão e o que têm. Segundo ele, é uma Associação que está espalhada pelo país inteiro a fazer atividades em todo o lado. A maior parte das pessoas são volantes, hoje estão umas, amanhã estão outras, infelizmente, tem duas ou três pessoas daqui da zona, a dar-lhe cobertura. Como seja, a questão da escola, ele diz-se a favor, no entanto, um projeto desses tem que emanar do povo. Se querem trabalhar que trabalhem com as pessoas de cá. Não querem saber mais do que dos interesses pessoais. Falou ainda de outra Associação, a "Fios de Prata", isto é uma rede que nos quer colonizar, mas o que depender dele, não irá deixar. Pensa que a associação em si tem pernas para andar, seria muito importante, mas deixa uma crítica, é feita de cima para baixo, e já há interesses de determinadas pessoas que pensam que são mais que os outros, temos que chamar toda a gente para que funcione, para que seja uma associação ao serviço da população e não é marginalizando as pessoas. Assim como muitas comissões formadas aqui nesta assembleia são formadas por interesses partidários. Chegou a altura

que os mirandeses têm que dizer - nós é que temos que mandar no nosso concelho. -----

O deputado **Ivo Mendes**, em primeiro lugar, falou do que foi focado pelo Presidente da União de Freguesias, José Almendra. Refuta uma acusação que fez relativamente à Associação "A Lérias", dizendo que é uma das melhores associações do nosso Concelho, com excelente trabalho de formação, refuta também a visão que ele faz das pessoas que vêm de fora trabalhar para o concelho e que muito têm feito. Na sua opinião devemos ser um concelho aberto a todas as pessoas, às que vêm por bem, fazer o bem à cultura mirandesa, devem ser bem recebidas. Refere que esta intervenção se deve a uma dificuldade de gestão da Presidência da União de Freguesias, uma dificuldade em reunir as pessoas à sua volta e que a Assembleia não lhe vai resolver esse problema. Em relação à sua situação pessoal, ao seu filho, refere que não gostava de trazer este assunto aqui, mas que ele enquanto gestor do Bar da Associação, também não tem a melhor atitude, já que, mesmo sendo amigo do filho, foi contratado há mais de um ano para tocar na Associação e até hoje ainda não recebeu. Quando o Prof. Almendra trás para aqui situações pessoais, também eu quis focar esta situação, disse. -----

Agora vou avançar para a minha intervenção que se centra no atual contexto político nacional, que leu: -----

O recente ato eleitoral para o Parlamento Europeu, deixou marcas profundas no atual contexto político nacional. Apesar da elevada abstenção, o resultado eleitoral deixou claro que o povo português rejeita a política deste governo. A derrota histórica do PSD e do CDS-PP, mostrou que os cidadãos rejeitam a política ultra- liberal, aplicada por estes partidos, uma política que vai além da austeridade imposta pela Troika, e cujo o principal alvos são os mais pobres, os funcionários públicos e os pensionistas. Sem nunca conseguir fazer um justo repartimento de sacrifícios, deixando fora da austeridade os grandes grupos económicos e a banca, este governo não esconde a sua matriz ideológica, e é certo, que os portugueses também de forma clara, nestas últimas eleições disseram não a esta política. -----

O PS ganhou estas eleições, mas sejamos claros, não conseguiu capitalizar o voto de protesto dos portugueses, e a derrota histórica da direita, não conferiu uma vitória histórica ao PS. -----

E o PS não fez ouvidos moucos a estes resultados e ao contrário do governo, o Partido Socialista percebeu a mensagem do povo, iniciando uma fase de reajustamento, de modo a tornar-se uma alternativa forte, agregadora, para governar Portugal de forma estável e com um caminho diferente do que tem sido seguido até agora. -----

Caros colegas, tenho a certeza, que o PS se apresentará nas próximas legislativas, mais forte, mais unido e com mais capacidade de mobilização, e por isso, vai ser governo. -----

E por eu ter esta certeza, a azia é muita, do lado do PSD. -----

Mas também partilho outra das minhas certezas com vocês: quando o PS for governo, e se por algum motivo as suas políticas forem contra o interesses do Concelho de Miranda do Douro, serei dos primeiros a denunciar as mesmas. Não farei como alguns dos elementos desta oposição, que têm disciplina cega ao partido, e concordam e defendem algumas políticas que têm fustigado o interior, como o fecho de vários serviços. -----

José Maria Pino: Elogiou a Câmara Municipal pela realização do evento da Festa de Amizade que decorreu no Naso, pela forma organizada, tanto a nível dos transportes como no resto. -----

Referiu-se ainda à conduta que leva a água em Águas Vivas, desde os depósitos até às casas, estar extremamente degradada, sendo em fibrocimento e rompe-se com frequência, solicitando à Câmara, logo que haja possibilidade, substituir essa canalização, sendo uma obra prioritária para Águas Vivas e Silva, de interesse publico para a saúde da população. -----

Ezequiel Raposo: Deu os parabéns e agradeceu pela forma como decorreu a Festa da Amizade. Reconhece que as pessoas estavam satisfeitas. Demonstrou o seu agrado por mais uma vez terem escolhido aquele espaço, o Naso, para esse efeito. -----

Norberto Ferreira: Referiu-se estado degradado das ruas de São Martinho, disse ser urgente em tomar alguma medida no arranjo das mesmas. Frisou que pode haver problemas, pois está a chegar o mês de Agosto e os emigrantes. -----

Apelou para a sinalização junto ao mineiro com a saída para Espanha, que as placas estão deterioradas, solicitando à Câmara que visse essa situação.-

Ivete Martins, leu a sua intervenção do seguinte teor: -----

Consta que o Sr. Esmeraldino, Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, foi promovido a chefe de condutores. Sr. Presidente da Câmara, penso que deve por os fiscais a verificar onde andam as viaturas da Câmara, porque costumo ir a Paradela que é a minha terra e vi uma viatura, que me pareceu ser do Município numa obra particular. Foi-me dito que o Sr. Esmeraldino estava lá. Não percebi o que poderia estar a fazer. Sr. Presidente, pode-me elucidar? Ou então, o melhor é perguntar ao próprio Sr. Esmeraldino. - Li atentamente a Ata da Assembleia da última Sessão. Poderíamos dizer que foi quase uma Sessão solene dada a celebração dos 40 anos do 25 de Abril de 1974. Não me lembro do 25 de Abril, porque tinha 5 anos, mas quero dizer pelo que sei, que relativamente à luta pela Liberdade, pela Pátria e pela Republica, os Mirandeses estiveram sempre firmes, sofrendo e ao lado dos que sofriam e dos que lutavam, pelo que não têm de receber lições de luta e liberdade. A celebração do 25 de Abril não deixa de ser uma homenagem aos Mirandeses. -----

Sr. Presidente, nessa reunião, fiz-lhe várias perguntas, e o senhor simplesmente não respondeu. Não insisti consigo, porque vi logo que o senhor não estava preparado para responder, nem os ilustres vereadores do seu partido. Compreendo que não estava preparado, provavelmente teve mais que fazer. Deduzo que já tenha estudado os relatórios de Gestão do Presidente, que na altura provavelmente nem tivesse tido acesso ao mesmo, já que não estava assinado por V.Exa, como na altura tive oportunidade de referir. -----

Senhor Presidente tive o cuidado de estudar toda a documentação que me foi enviada pela Ex. ma Sra. Presidente de Assembleia, trata-se de assuntos

muito importantes para todos os Mirandeses e não é minha prática ir para as reuniões sem estar preparada. Saiba vossa excelência que sou Licenciada em Contabilidade e Administração de Empresas e trabalhei 20 anos na Banca, por isso estou à vontade para debater relatórios consigo e com o ROC. Consultei a sua formação Académica e sua experiencia profissional, que no meu entender é superior à minha. Da análise que eu faço e que poderão fazer todos os presentes, o senhor simplesmente, ou anda distraído ou então não liga nenhuma a Gestão do Município. As contas de 2013 precisam de ser reapreciadas à luz das observações que fiz. As questões suscitadas e registadas em Ata necessitam de ser respondidas pelo Sr. Presidente. -----

Senhoras e senhores eleitos pelo povo do Concelho: - O regime democrático não se basta em palavras, mas em atos. A democracia não é só de alguns, mas de todos, por isso, nos termos da lei, exijo o direito de resposta e o direito à informação. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro preocupa-me o rumo que tudo isto leva e que já no seu mandato anterior deu maus resultados - entramos de novo no caminho do despesismo. Quero recordar a este Executivo, o dever de informar e o dever da transparência que derivam nomeadamente: da Constituição da Republica Portuguesa, do Estatuto de Direito de Oposição nas autarquias Locais (Lei n.º 24/98 de 26 de Maio), e relativamente ao Principio da Transparência diz o art.º 7 (Principio da Transparência), da Lei 2012 de 3 /9, o qual expressamente refere “.. que a atividade financeira do município está sujeita ao dever de informar o Estado e os cidadãos, bem como há dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira”. É um ato democrático cumprir a Lei e esta é igual para todos. Sem o cumprimento da Lei não há democracia. Sem verdade não há democracia. -----

Li Atentamente as atas da Câmara que me foram enviadas, e daqui tirei várias conclusões: -----

Sobre a Miranda Cultural e Rural não vale a pena fazer muitos comentários, limitando-me em consciência e com responsabilidade, dizer o obvio, concluindo que a solução encontrada não tem qualquer justificação. Por outro lado, a solução de aumento de capital é uma solução que por si só nada

garante. Não resisto a comentar que a componente Cultural desta empresa de nada serve porque, apesar de estar previsto no papel de cultural, esta empresa nada tem. Para provar isto o recrutamento do Técnico de Mirandês fez-se pela via da Câmara e não por via desta empresa. A Contratação do Senhor Dr. Alfredo Cameirão, distinto deputado Municipal, ex-administrador da Miranda Cultural e Rural, dado que já tinha sido nomeado administrador, recorde, na trapalhada das nomeações de administradores para aquela empresa em sessão de reunião de Câmara de 2013. Este distinto deputado vai prestar serviços de Língua Mirandesa por 3 anos. Custará por mês aos cofres da CMMD cerca de 1.600,00 Euros/Mês. Simpatizante do PS, eleito pelos votos de Águas Vivas para Presidente da União de Freguesias de S. Pedro da Silva e Águas Vivas. Além do mais, o Senhor Deputado Municipal acumula ainda funções assumindo o cargo de Vice-Presidente da recém criada Associação de Língua Mirandesa. Demorou 20 anos mas chegou o momento. Tudo isto será genuíno, pura e verdadeira coincidência? Explique que os Euros do contrato de serviços, que o Senhor Deputado Alfredo Cameirão assinou com a CMMD, está a ser paga por impostos suportados com dificuldade por todos nós, ou pagos pelos empréstimos que a CMMD teve de contrair junto da Banca, que dá o mesmo.

Sr. Presidente consulte O ESTATUTOS DOS ELEITOS LOCAIS, Artigo 4º ponto IV) NÃO CELEBRAR COM AUTARQUIA QUALQUER CONTRATO, SALVO DE ADESÃO, veja se esta enquadrada a contratação do Dr. Alfredo Cameirão. -----

Consta das Atas da CMMD também, a celebração de mais dois contratos de serviços na modalidade de avença de Assessoria Técnica na área da Atividade da Rede Social. Imagine-se que tomar esta decisão é porque não há técnicos na CMMD e é preciso contratar não um, mas dois técnicos a saber: -----
 . Diogo Filipe Monteiro (Custo: 1.300 Euros/Mês durante 36 meses); -----
 . Susete Anilda Gonçalves Pires (custo:1.300 Euros /Mês durante 36 meses); -----

Fica à consideração desta Assembleia descortinar se estamos aqui perante alguma situação de favor, e se consideram ter havido na contratação igualdade de oportunidades para estarmos conformes com o regime democrático. Resta-me adivinhar qual irá ser o próximo contrato de avença! Por dedução e alguma contas de somar e subtrair, seguramente, julgo eu, estará o

Senhor Presidente na eminência de estabelecer um novo contrato de avença que será, sem duvida, um arquiteto que irá, prevejo eu, convidar pessoalmente. Senhor Presidente, a grande maioria das Câmaras Municipais está a emagrecer estruturas dedicadas a esta atividade, veja se precisa mesmo de um Arquiteto e se teimar em contratar um, não deixe de alargar essa oportunidade a todos os que estão habilitados para o efeito. Se persistir, haverá um dia que se dirá: Chega. O 25 de Abril também nos ensinou a indignarmo-nos com as injustiças. Relativamente a estas contratações há sérias dúvidas quanto à sua legalidade. A fundamentação jurídica, desenvolvida pelo Diretor Financeiro, não está suportada por um Jurista que fundamente o que, por Direito, deve ser apreciado. De qualquer forma e obviamente em substancia pelo menos em 3 dos casos estamos perante a contratação de pessoas, utilizando o contrato de avença. Para além de outra legislação aplicável e que me suscitam dúvidas deverá a CMMD dar cumprimento ao art. 78, nº 5, a), da Lei 73/2013 de 3 Setembro, e informar a DGAL trimestralmente, das despesas de pessoal e cito “ Despesas com pessoal , incluindo as relativas, aos contratos de avença e de tarefa, comparando com as realizadas no mesmo período do ano anterior”. Pelo que à letra da Lei, a CMMRD, tem de incluir na informação a enviar à DGAL estes contratos de avença quando se referem a um contrato em que o contraente é uma pessoa individual. -----

Consta também, na documentação remetida para esta AM, a contratação da produção de 20 vídeos/programas, e foram convidadas 3 entidades: Conteúdo Chave, Lda.; O quê-marketing e Comunicação Lda.; VirtuaSom, Lda.. O senhor Presidente em Ata de 02.05.2014 explicou que”.. se trata de um investimento no valor global de 200.000,00 Euros e que a Câmara assume apenas o valor de 10.200,00 Euros. Adiantou ainda que esta componente audiovisual serve para promover o Município quer em Portugal quer no estrangeiro.” Ainda não vimos os filmes Senhor Presidente, esperemos que não sejam de terror. Certamente que não haverá aqui nenhuma incompatibilidade entre prestadores de Serviços e o Município. Questiono sinceramente que se gaste os Euros dos nossos impostos neste tipo de “coisas” 200.000,00 €, é obra ainda que financiada. Logo vinte vídeos/programas. Será que 10, 5 ou 2

não chegam? Tenho experiência própria que me permite testemunhar graves carências no país. Mas gasta-se dinheiro em filmes e festas. -----

Sr. Presidente, sabe que é urgente tornar este concelho competitivo do ponto de vista fiscal (reduzir impostos e baixar as taxas) e que este é um meio, muito importante, para atrair investimento e incentivar o investimento dos poucos investidores locais. Miranda não está fora de resgate, pelo que não esbanje dinheiro porque não há, e o que há, é muito caro e não se preocupe, porque ninguém lhe dirá que será poupadinho como o Dr. Salazar, pelo menos enquanto aliviar o bolso dos Mirandeses e dos Portugueses. -----

É hora da Câmara assumir o seu papel incentivador, integrador e mobilizador e não entrar pela via da discriminação, porque além de profundamente antidemocrática está para além do limite da legalidade. -----

António Barbosa: Deu os parabéns ao executivo pelos eventos que realizou recentemente, nomeadamente, a Festa da Amizade no Naso e o Dia Internacional dos Arquivos, realizado no Edifício do Arquivo Municipal, em que o Dr. Mário Correia apresentou o espólio audiovisual do Dr. António Mourinho, lamentando a pouca aderência das pessoas. -----

Outro assunto que frisou, foi lembrar ao executivo que os Saneamentos de Vale de Águia não fiquem esquecidos, pois há uma promessa e acrescenta que as pessoas de bem quando prometem devem cumprir. Referiu ainda o mau estado das ruas e que não se justifica fazer intervenção nas ruas sem fazer os saneamentos, pois é a única aldeia no concelho sem saneamentos. Finalizou dizendo que espera que este problema seja resolvido neste mandato. -----

Antero Besteiros: Começou a sua intervenção com o ditado “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, referindo-se ao Parque do Fresno, de ter sido focado já nesta Assembleia por ele próprio. Considera uma grande obra implantada em Miranda, ao contrário do que muita gente diz, nomeadamente para fazer caminhadas e exercício físico, é o melhor lugar para o efeito assim como o percurso pedonal em direção à antiga alfândega, não havendo necessidade de irem para as estradas nacionais e correrem riscos. -----

Deixou uma palavra de agradecimento ao executivo pela limpeza que fizeram no mesmo parque, embora não tivesse ficado perfeita, ficou melhor. ----

Louvou também na limpeza do terreno das oliveiras, em frente à pousada. -----

Chamou a atenção do executivo para colocar massa asfáltica em alguns buracos, tanto na rotunda como na Rua D. Dinis. -----

Informou que proximamente vão-se realizar os Concursos Concelhio da raça bovina mirandesa e a seguir o Concurso Nacional da raça bovina mirandesa, a realizar neste Concelho. Espera que corram da melhor forma. -----

Referiu ainda a ida à Feira Nacional de Agricultura a Santarém, através das Juntas de Freguesia e dos respetivos serviços, em que os agricultores ficaram bastante satisfeitos. -----

Carlos Ferreira: (falando em mirandês) Deixou algumas reflexões sobre a intervenção do Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, que se deve pensar mais nas pessoas e não confundir a vida política com a pessoal. ----

Quanto ao tecido associativo, refere que há coisas boas, há coisas menos boas, há também as que não saem do papel, há associações que fazem um trabalho fantástico e há associações que nunca fizeram nada.-----

Informou da primeira Assembleia Geral da Associação da Língua e Cultura Mirandesa, na refundação da mesma, que foi um êxito, muito participado foram aprovados os estatutos, uma direção, que existem condições do ponto de vista institucional para que a cultura e a língua mirandesa possa entrar numa nova fase. -----

De seguida falou de duas propostas a estruturar neste mandato eleitoral. Pensa que não são questões que se podem fazer de um dia para o outro, mas que se pode ir pensando no assunto. Referiu-se ao ensino do ponto de vista de iniciativas locais, dando o exemplo da Industria de Palaçoulo que advém toda do artesanato, que souberam transformar o artesanato dos avós e bisavós em indústria. Para formar uma escola de Artesanato, uma escola prática que ensinasse a fazer facas, pipos, escrinhos, gaitas e outros instrumentos. etc. e sabermos que daí sairiam artesão que ganhassem a vida com isso. Há muitas

escolas vagas no concelho onde o fazer. Pensem nisso, temos muitos mestres para darem escola, disse. -----

Outra ideia que deixou, foi a realização de um evento que podia ser feito a nível do planalto mirandês. Deu o exemplo de Montalegre, com o nome de Sexta-Feira 13. Miranda podia criar um evento duas vezes por ano ligado aos solstícios. O Solstício de Verão que é no dia 21 a 22 de junho e o solstício de inverno no dia 21 a 22 de dezembro. É de opinião que devem pensar todos nisso, que valeria a pena, que Miranda tem todas as condições para o poder fazer. -----

Esmeraldino Fernandes, disse: Uma vez que o seu nome foi referido pela deputada Ivete, respondeu que tem 5 viaturas próprias e uma delas é da marca, do mesmo ano, só não é da mesma cor, de uma viatura da Câmara. Referiu que estava mal informada e sugeriu que em vez destes assuntos trouxesse assuntos reais e concretos. -----

José Almendra: Relativamente á intervenção do deputado Ivo Mendes, disse trazer a esta reunião assuntos pessoais e não saber o que diz, se tem algum problema que o resolva em Tribunal, disse. Quanto à Associação Lérias, é mentira que eu a tenha atacado, como ele diz. Referiu ser uma Associação importante, mas que existem outras associações que também trabalham. -----

Presidente da Câmara: Agradeceu o tipo de intervenções duma forma genérica, que permitem elevar o interesse desta Assembleia Municipal, disse. Agradeceu a presença de todos os que estiveram presentes na manifestação e lamenta que não tenha corrido como se esperava. Lamenta que muitos dos elementos desta Assembleia não tenham estado presentes, porque, como referiu, o propósito não foi defender um partido político mas sim os interesses do Concelho. Continuou dizendo: Interesses esses que estão a ser penalizados pelo governo. Informou de um jantar organizado pelo Nerba em que estava presente o Sr. Primeiro-ministro e foram convidados os Presidentes das Câmaras do Distrito, informou que nesse jantar colocou uma questão ao Sr.

Primeiro-ministro, - se o governo tinha alguma estratégia para o interior do país, à qual respondeu que não tinha uma estratégia para o interior, mas que tinha apenas uma estratégia para o país. O tema da Saúde também foi focado, uma proposta de Portugal e Espanha em que os utentes das zonas fronteiriças poderem usar os serviços de saúde do outro lado da fronteira. Nessa mesma reunião também foi garantido que o helicóptero do INEM se manteria no concelho. -----

Lamentou que poucos membros desta Assembleia tenham comparecido nos eventos realizados no Concelho, nomeadamente na Festa da Amizade. -----

Sobre as preocupações do concelho, referiu duas: -----

Uma delas, o Fundo de Apoio Municipal, frisando que cada vez mais, o governo quer acabar com o poder local, que o governo comparticipa em cerca de 30% e o restante são os municípios que vão pagar. Mais um corte que o nosso Município vai ter, de cerca de 888.000, 00 €/ano, disse.-----

A outra preocupação é a criação de espaços do cidadão, onde vão integrar uma série de serviços, e que o Município vai ter que pagar. Ainda é uma proposta, um instrumento de trabalho, mas vai ter que se escolher ponto a ponto o que queremos que fique no Concelho. Mas as obras, as Instalações, equipamentos, e ainda uma renda anual pela utilização destes serviços, tudo tem que ser pago. Lamenta tudo isto. -----

De seguida referiu que também está previsto que os Centros de Saúde passem para a tutela das Câmaras Municipais até ao fim do ano, e não está de acordo, já que, por um lado o estado está a retirar dinheiro às autarquias e por outro dá novas competências. Não sabe ao certo o que vai acontecer até não haver uma reformulação do Serviço Nacional de Saúde. -----

Neste momento a **Presidente da Mesa** interveio para clarificar um ponto relativamente à proposta do deputado Sérgio João. Informou que em Março esse grupo de médicos que também conhece e já participou com eles noutros locais. Disse que não foi a Câmara que negou a vinda desses médicos a Miranda do Douro gratuitamente fazer consultas para a especialidade, mas sim o Centro de Saúde. Continuou dizendo: A Câmara disponibilizou-se a fazer o

que está nessa proposta, o pagamento do alojamento, refeições e viagens, mas neste momento nós não podemos separar, enquanto não houver a tal reformulação, aquilo que é da competência da Câmara e aquilo que é da competência do Serviço Nacional de Saúde. Qualquer tipo de movimentos que haja, em termos de consulta de especialidade, vai conduzir a diagnósticos. Se conduz a diagnósticos vai conduzir a exames, a meios complementares de diagnóstico, que nós não podemos passar, só o Serviço Nacional de Saúde, e, se o Centro de Saúde disser que não tem resposta adequada para responder a esse tipo de iniciativa, não é a Câmara que vai dizer que venham.

Se dessas consultas resultar pedidos de meios complementares de diagnóstico, não é justo que as pessoas os vão fazer às suas custas. Se o centro de saúde não tiver capacidade para dar resposta para requisitar os exames e passar o receituário, não é possível organizar essa participação dos especialistas. Esses médicos não podem fazer as requisições pelo SNS, e eu também não posso fazê-lo particularmente. De qualquer maneira, acho que é uma proposta de aceitar e de ser sedimentada junto do diretor do CS e/ou da Unidade Local de Saúde. -----

O **Presidente da Câmara** respondeu ainda a algumas questões colocadas, nomeadamente ao Deputado António Carção, que disse relativamente ao processo do Tribunal de Contas, não ter mais informações sobre o assunto. -----

Relativamente à questão colocada pelo deputado Alberto Martins, sobre a colocação de outdoors no IC5, frisou que é da competência das Estradas de Portugal a sua autorização. Também em função das dimensões desses outdoors a Câmara vai ter que pagar. Temos tentado entrar em contacto com as Estradas de Portugal em relação às taxas a pagar, mas não tem havido resposta. Terminou dizendo que tomou nota e irá tentar resolver o assunto, porque pensa que é uma boa solução. -----

Por fim, prestou algumas informações de interesse para o Conselho. -----

3. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 25 DE ABRIL DE 2014; -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, inscreveram-se os seguintes membros: -----

Mário Torrão: Dirigindo-se à Presidente da Mesa disse o seguinte: Após leitura da ata de 25 de Abril passado, a mesma evidencia agora uma nova forma de apresentação das intervenções dos deputados, bem como as dos membros do executivo camarário. Confesso-me surpreendido com o seu conteúdo substantivo, mas sobretudo em matéria subjetiva pois refere especificamente as formas de intervenção de cada candidato, indicando expressamente o modo como efetuou a intervenção, referindo introdutoriamente as expressões: disse; leu; leu e entregou documento à mesa; ou simplesmente, entregou documento à mesa. Não é que este simples facto mereça especial relevo, mas a forma como são distinguidos os intervenientes com qualquer das expressões referidas, deixou-me algumas duvidas que agora pretendia que V.Exa. esclarecesse. Porquê que, como toda esta Assembleia pode verificar ao longo da referida sessão, houve vários intervenientes, quer deputados, quer membros do executivo camarário, que optaram por ler os textos previamente escritos, fazendo de forma semelhante a sua leitura ao longo da intervenção, mas da observação da leitura da referida ata não é isso que consta, mas sim que o interveniente disse, não que leu, ou que entregou o documento à mesa, desvirtuando desta forma a verdade que deve transparecer numa ata desta natureza. Fiquei mais preocupado ao verificar que as situações referidas variam em função da cor politica ou partidária do interveniente, desvirtuando ou ofuscando a intervenção com as palavras leu ou entregou o documento à mesa e enobrecendo outras intervenções com a palavra disse, dando assim claramente a entender tratar-se de um orador inato, o que não é verdade, porque as intervenções foram exatamente idênticas, ou seja, ambos leram textos previamente elaborados, se duvidas existirem por parte de V.Exa. relativamente ao que referi, posso pontualmente especificar os casos em que esta situação se verificou e que todos recordamos certamente. Na parte a que as minhas intervenções respeita, quero apenas salientar que eu não entreguei qualquer documento à mesa como consta, embora após o final da reunião,

quando me preparava para abandonar esta sala, já sem mesa constituída, o Sr. Secretário Besteiros me tenha solicitado no sentido de entregar o texto que ainda tinha em meu poder, com a intenção de facilitar à senhora secretária Lina na elaboração da ata. Foi isso que fiz, com a melhor das intenções, não esperava contudo que este facto pudesse ser aproveitado para introduzir na ata um catálogo depreciativo sobre a intervenção. Face ao referido, votarei globalmente contra a referida ata, por considerar que a sua elaboração enferma de uma ardilosa dualidade de critérios em função da cor politico partidária dos intervenientes. Mais solicitava a V.Exa., se pronunciasse sobre este tipo de artimanha, disse. -----

A **Presidente da Mesa** respondeu que leu a ata com muita atenção e refuta completamente as acusações do deputado Mário Torrão, relativamente a qualquer tipo de artimanhas na redação da mesma. -----

O deputado **Alberto Martins** referiu que se deve zelar pela equidade na forma como são expressas as comunicações de cada um dos deputados e assim dar mais justiça e transparência ao documento. É da opinião que se deveria padronizar a forma como é plasmado o que é comunicado na Assembleia. Terminou a sua intervenção solicitando uma correção da ata, na página 39, onde se lê “fait diners” deverá ler-se “fait divers”. -----

O deputado **António Carção** disse votar contra o ponto nº 13 - Relatório e Contas de 2013 da Miranda Cultural e Rural, E.M., de forma a deixar bem vincada a sua revolta e inquietude perante as palavras do deputado Jacinto Afonso, concretamente nas páginas 28, 29 e 30 da ata de 25 de abril, e pela complacência da Sra. Presidente da Assembleia e da Exma. Mesa, passando a ler a declaração de voto que a seguir se transcreve: -----

“Abandonei a respetiva reunião como revolta e indignação pelas insinuações e formulação de juízo de valores em relação à minha pessoa e outras que me acompanharam na gestão deste executivo. Ando e andamos de cara descoberta, não temos peso na consciência e não aceitamos juízo de

valores, para quem tanto deu a este Concelho. É de mau gosto, no dia 25 de abril, data do ocorrido, o deputado Jacinto Afonso, usar uma linguagem obscura, antidemocrata, porque não, fascista e persecutória em democracia. -----

1. A minha revolta ficou bem patente, com as palavras que proferi nesta declaração; -----

2. Desafio em tempo oportuno, o Sr. Deputado Jacinto Afonso a concretizar as suas afirmações, pois nesta reunião até foi recorrente embora não conste da ata; -----

3. Lamento a passividade, para não dizer, ignorar totalmente o ocorrido, de forma a minimizar este triste episódio vivido, por parte da Sra. Presidente da Assembleia e da Digníssima Mesa; -----

4. A melhor maneira de se festejar o 25 de abril, é vivê-lo e praticá-lo. Todos temos os mesmos objetivos para o Concelho, provavelmente com caminhos diferentes e há que respeitar os dois.” -----

Não havendo mais inscrições, a Presidente da Mesa passou à votação da ata, com a correção apresentada pelo deputado Alberto Martins, tendo sido aprovada por maioria com um voto contra do deputado Mário Torrão. -----

4. DESIGNAÇÃO DE ELEMENTO PARA INTEGRAR A MODALIDADE ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MIRANDA DO DOURO; -----

Foi presente a informação do Presidente da CPCJ que informa sobre a necessidade de designar um elemento para integrar a Modalidade Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro, por desistência da Dra. Carla Rodrigues. -----

A Presidente da Mesa solicitou aos dois grupos Parlamentares que apresentassem propostas.-----

Pelo grupo parlamentar do P.S. foi apresentada a proposta do elemento para integrar a Modalidade Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro, o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, António Rodrigues Barbosa. -----

O grupo parlamentar do P.S.D. não apresentou qualquer proposta. -----

Colocada a votação por escrutínio secreto a proposta apresentada, obteve os seguintes resultados: 1 voto não; 1 voto em branco e 24 votos sim. -----

Foi aprovado por maioria e em minuta, designar o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro para integrar a Modalidade Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro. -----

5. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, REFERENTES AO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2014/2015; -----

Para falar deste assunto, foi dada a palavra à **Vereadora Anabela Torrão** que apresentou o mesmo, solicitando autorização da Exma. Assembleia Municipal para assunção do compromisso para 2015 do valor de 132.649,44 € acrescido de Iva (6%), referente ao Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2014/2015. -----

Inscreveram-se para intervir os seguintes membros: -----

O deputado **Alberto Martins**, solicitou ao executivo, na pessoa da Vereadora Anabela Torrão, que o esclarecesse, uma vez que vai ser votada a assunção de compromissos plurianuais relativa aos Transportes Escolares e tendo em consideração a possibilidade de encerramento das escolas do ensino básico, se estes compromissos asseguram o transporte diferenciado solicitado na Assembleia anterior, em concreto no ponto relativo à moção de censura do encerramento da Escola de Palaçoulo, se esta assunção de compromissos contempla uma verba alocada para o transporte diferenciado se se vier a verificar o encerramento, e que seria prudente desde já tentar assegurar esta questão. -----

A **Vereadora Anabela Torrão**, referiu que este plano, é uma previsão de alunos, que desde fevereiro é enviada pelo Agrupamento de Escolas. Frisou também, que em relação à Escola de Palaçoulo não há qualquer informação quanto à autorização especial de funcionamento, da continuidade ou não, e até não terem essa informação, não poderem planificar neste momento. -----

O deputado **Alberto Martins**, solicitou novamente a palavra, para dizer que levantou a questão na sessão anterior, para que a mesma fosse salvaguardada em tempo útil, compreende que são previsões, mas que devem ser acauteladas no sentido de salvaguardar e salvaguardar também, a negação de apoio por parte do Ministério de Educação, ver por meios próprios quais as formas como se pode suprir essa eventual lacuna. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** referiu que já têm uma certeza, o percurso estar definido, se for o caso, ao contrário de outros municípios, que é mais grave, em que o percurso não está aprovado. Se assim for, há que reunir, Câmara, Assembleia, Agrupamento, pais, o que for necessário, para analisar o tipo de transporte. Afirmou que neste momento a luta do Município continua a ser a permanência do funcionamento da Escola. Acrescentou que se houver alguma dúvida, entregou ao Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo uma cópia da ata da reunião que houve no Porto, em que o Município manifesta que é contra a proposta apresentada, do encerramento da Escola. -----

Manuel Gonçalves referiu que queria acrescentar ao que foi dito, enquanto cidadão e Presidente de Junta, se vierem a confirmar o encerramento da Escola, estar muito preocupado com a integridade física dos mais pequenos, dos 3 aos 5 anos, pelo transporte precário que até agora se tem vindo a verificar no Concelho. É da opinião que se deve começar a mudar, que ele próprio irá verificar da Lei dos transportes, escolares e/ou públicos, que irá solicitar um parecer jurídico sobre o caso. -----

Terminou agradecendo ao deputado Alberto Martins pela sua intervenção em defesa da sua freguesia. -----

Não havendo mais intervenções, foi este assunto colocado a votação, tendo sido autorizada, a assunção do compromisso para 2015 do valor de 132.649,44 € acrescido de Iva (6%), referente ao Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2014/2015, por maioria e em minuta, com uma abstenção do deputado André Pires. -----

6. **PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----

Tendo sido a proposta de Regimento colocada a discussão, foi decidido por maioria com 9 votos contra, 3 abstenções e 12 votos a favor, sob proposta do Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, José Almendra, por requerimento oral à mesa, que o Regimento seja aprovado na próxima reunião da Assembleia Municipal, e que o Grupo de Trabalho designado, envie à mesa, qualquer sugestão/proposta que queira fazer, até 15 dias antes da realização da mesma. -----

7. **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA;** -----

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto, os membros abaixo mencionados: -----

A deputada **Ivete Martins** disse o seguinte: Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro, pedia que explicasse, que o PAEL implicou o saneamento financeiro e que foi obrigado a aumentar as receitas do Município e por isso aplicou no seu mandato a derrama, a taxa municipal de direitos de passagem, subiu as tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos e beneficiou as cobranças de receitas por via do aumento das taxas de IMI.

Explique também que o incumprimento disto, implica o agravamento das condições e estão ainda previstas medidas que agravarão algumas destas rubricas. -----

Explique também que a dívida bancária (era em 31.12.2013 de 8,1 Milhões de Euros) subiu de 2012 para 2013 no valor de 3.4 Milhões de Euros (PAEL mais Saneamento 4,4 Milhões de Euros) e que este aumento implica mais pagamentos, de juros e amortização de capital durante 15 anos, a quem nos emprestou esses Euros . -----

Explique também que as taxas de Juros são razoáveis para a dívida ao Estado 2.76% mas um exagero para os empréstimos à CGD e à CCAM das terras de Miranda : 6.579%, como já referi na Assembleia anterior. -----

Explique que todo este processo de Saneamento Financeiro e recurso ao PAEL não tem dinheiro barato mas caro e, para além disso, tem por Lei de pagar a fornecedores a 30 dias sob pena de incumprir a Lei dos Compromissos e o contrato que assinou com o Estado.-----

Explique também que é da sua responsabilidade ir Junto das Instituições de Crédito (C.G.D e C.C.A.M) renegociar as taxas de juro dos 2 empréstimos contraídos, juros estes excessivos e que enquanto não o fizer quem está a pagar são os Mirandeses. Sei que o fará porque V.Exa. não quererá ser lacaio do capital engordando-o. -----

Explique que mesmo assim em 2012 teve que pagar de Juros de Mora a fornecedores estimada em Milhares de Euros (Informação que lhe pedi na Sessão anterior). -----

Explique também que aderir ao PAEL não foi só contrair um empréstimo. É muito mais do que isso, porque vai diretamente ao bolso dos Mirandeses para além de roubar as gerações futuras. -----

As contas de 2013 precisam de ser reapreciadas à luz das observações que fiz e para além disso registo, pela documentação recebida para esta Assembleia Municipal, que já assumiu a Câmara dever os 85 Mil Euros à Associação do Douro Superior e que essa dívida não estava contabilizada no fecho de 2013. Referi-lhe isto mesmo na minha intervenção na Sessão anterior da AM. Só agora em 2014, essa dívida consta dos limites (Ex-Endividamento Líquido) de dívida Total de Operações Orçamentais. As quotas que decidiu não pagar, tem de as pagar apesar de, conforme referiu, ter retirado o representante do Concelho de Miranda do Douro junto dessa Associação. Pergunto: vai agir judicialmente para não pagar esses 85 Mil Euros? Há mais alguma dívida não registada no fecho de 2013 que seja do seu conhecimento? Os senhores Deputados Municipais que têm dúvidas quanto a este tema podem consultar a documentação da reunião de Câmara de 13.12.2013 e pelo documentação ali existente, saberão que foi este Executivo o promotor da

inscrição em tal Associação (em 12.04.2010) e também foi este Executivo posteriormente notificado, pelo menos em 24.11.2011, de que lhe corresponderia um mínimo de permanência como Associado de 3 anos. Como se vê esta trapalhada vai custar 85 mil Euros à Câmara Municipal de Miranda do Douro. -----

Aproveito ainda Senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro para lhe perguntar se confirma que vai avançar com a dissolução da Miranda Carnes Lda. Relembro ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro que, de um capital social de cerca de 150 Mil Euros 49,9% são do Município de Miranda. Pergunto: o montante do capital social/Fundos Próprios estão reduzidos a quanto? Quando se dissolver essa empresa quanto dinheiro da parte do capital social que corresponde aos 49.9% o Município vai recuperar? -----

Finalmente, por alertar, registo também que se tem vindo a interpretar, nos termos do artº 93, 3- da Lei as Lei n. 169/99 (alterada pela Lei 5- A/2002 de 11 de Janeiro) que só “O registo na ata do voto vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada”. A maioria dos presentes não vive da política e não tem que ser solidário com os erros cometidos por este Executivo Camarário. -----

Primeiro peço desculpas ao Sr. Esmeraldino por ter confundido a viatura, mas não se esqueça que vou estar atenta. E como mulher penso que já não vou crescer mais. -----

Relativamente ao que falou o Sr. Presidente da Câmara, que o governo não olha para o interior, tem toda a razão, eu sou a primeira a criticar o governo. Não estou de acordo com as políticas deste Governo. -----

Torno a repetir que não vivo da política e não tenho ambições políticas. Nem ganho nada com isso, unicamente estou ao serviço dos Mirandeses, e as minhas intervenções são para esclarecimento de todos os presentes e dos Mirandeses. -----

Refuto o que falou o Sr. Prof. Almendra das minhas intervenções, não são uma questão partidária, mas sim de transparência para todos os Mirandeses. ---

Orlando Vaqueiro: Parece-lhe um documento excessivamente pormenorizado. É sua opinião que a informação a prestar deve ser de acordo com o Plano de Atividades. -----

Louvou a iniciativa do executivo em proporcionar a visita de diversas entidades locais à Feira de Santarém, embora tenha havido falta de critério, disse. Acha que a Câmara deve manter esta iniciativa mas que haja mais critério na forma como faz os convites. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

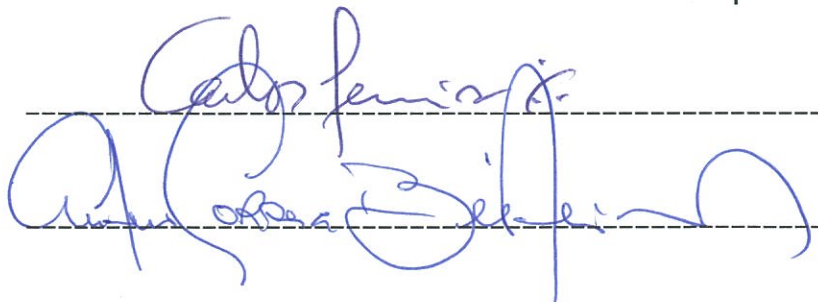
Antes de terminar, a **Presidente da Mesa** informou todos os presentes do evento – Concurso Concelhio de Bovinos da Raça Mirandesa a realizar no dia 24 de junho, junto ao Pavilhão Multiusos. -----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu a presença e as palavras dos intervenientes. De imediato deu por concluída a sessão, eram 12.40 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:



O Secretário da Sessão:

